

**A ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA DE ANNIE ERNAUX:  
UMA ANÁLISE DAS MEMÓRIAS EM *O ACONTECIMENTO***

Gabriela Seguesse Freitas (Universidade Federal de São Carlos)<sup>1</sup>

**Resumo:** Annie Ernaux, primeira autora da França a receber o Prêmio Nobel, descende de uma longa linhagem de escritores franceses que debateram a classificação e a definição da escrita autobiográfica, como Doubrovsky, Lejeune e Colonna. Ela se insere neste tipo de discurso simultaneamente privado e público como uma escritora que não apenas escreve sobre sua vida pessoal, mas aborda questões universais como classe social e gênero. Esta maneira de transformar seu projeto literário em registro histórico é um ato político que Sartre acredita ser o papel do intelectual. Ernaux, porém, não é apenas uma escritora intelectual, mas ao se colocar como responsável e representante de causas sociais, ela também aceita a tarefa da mulher intelectual. Este é o apelo que Spivak deixa ao final da sua obra: o dever da mulher intelectual não deve ser rejeitado, e Ernaux não o faz. Para ela, escrever *O acontecimento*, sua obra mais polêmica, é dar um propósito ao que viveu e documentá-lo no espaço público que é o livro, para que outras pessoas compartilhem de sua existência através da escrita.

**Palavras-chave:** Annie Ernaux; autobiografia; autoficção; literatura francesa; memórias.

**ANNIE ERNAUX'S AUTOBIOGRAPHICAL WRITING:  
AN ANALYSIS OF HER MEMORIES IN *HAPPENING***

**Abstract:** Annie Ernaux, the first French female author to receive the Nobel Prize, comes from a long lineage of French writers who have debated the classification and definition of autobiographical writing, such as Doubrovsky, Lejeune, and Colonna. She positions herself within this simultaneously private and public discourse as a writer who not only writes about her personal life but also addresses universal issues such as social class and gender. This way of transforming her literary project into a historical record is a political act that Sartre believes is the role of the intellectual. However, Ernaux is not only an intellectual writer but, by positioning herself as responsible for and representative of social causes, she also takes on the role of the intellectual woman. This is the call that Spivak makes at the end of her work: the duty of the intellectual woman should not be rejected, and Ernaux does not do so. For her, writing *Happening*, her most controversial work, is to give purpose to what she lived and document it in the public space that is the book so that others can share in her existence through writing.

**Keywords:** Annie Ernaux; autobiography; autofiction; French literature; memories.

---

<sup>1</sup> Gabriela Seguesse Freitas é mestre em Estudos de Literatura pela Universidade Federal de São Carlos, onde pesquisou os contos da autora mexicana Amparo Dávila sob orientação do Prof. Dr. Jorge Leite Jr. Possui duplo bacharelado em inglês e espanhol pela instituição Rollins College, localizada em Winter Park, na Flórida. Sua especialidade é em escrita feminina, sexualidade e gênero. Trabalha como professora de inglês e espanhol, além de atuar como tradutora e revisora de textos. Você pode encontrá-la no endereço de e-mail: gsf.br@hotmail.com.

---

## INTRODUÇÃO: A TRADIÇÃO FRANCESA DE AUTOFIÇÃO

---

Anna Faedrich, em seu artigo “Autoficção: Um percurso teórico”, delineia o caminho histórico percorrido pela autoficção e o debate envolvido na sua definição, de Doubrovsky a Colonna. O termo *autofiction* foi cunhado pelo francês Serge Doubrovsky, quando a palavra aparece na quarta capa do seu romance *Fils*, de 1977. Porém, para começar a discutir autoficção, é preciso estabelecer a questão da autoria, imperativa para os estudos da escrita do eu, como a autobiografia e a autoficção.

Na década anterior, nos anos 1960, discutia-se na França a morte do Autor, ideia provocada pelas reflexões de Barthes e Foucault acerca da origem e da necessidade literária de nomear e prestigiar essa figura. Segundo Barthes, o Autor é uma personagem moderna, que surgiu ao final da Idade Média, produzida pelo empirismo inglês e o racionalismo francês, a fim de mostrar à sociedade o prestígio individual da “pessoa humana” (Barthes, 2004, p. 58). A escrita é a “destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito, o branco-e-preto que vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve” (Barthes, 2004, p. 57). O filósofo francês favorece uma visão linguística sobre o que seria o texto: o meio no qual a linguagem age e “performa”, e não o “eu” — sendo assim, o autor é suprimido em proveito da escritura (Barthes, 2004, p. 59). Barthes acredita que dar ao texto um autor é limitá-lo nas suas infinitas interpretações: é o leitor quem inscreve significado à obra, por isso a morte do Autor vem acompanhada do nascimento do leitor (Barthes, 2004, p. 63-64).

Enquanto isso, Michel Foucault, em seu livro *O que é um autor?* (1969), argumenta que o Autor nasce do momento em que surgem os conceitos de propriedade privada, lucro e individualidade. A morte foucauldiana do Autor declara que este é um termo inventado com a função de produzir certos efeitos, e não um sujeito absoluto ou uma existência (Faedrich, 2016, p. 32). Neste mesmo livro, no capítulo sobre as escritas de si, Foucault faz a distinção entre dois tipos de texto: os *hypomnemata* e a correspondência. Os *hypomnemata* eram livros de contabilidade, registros notariais e cadernos pessoais que serviam de agenda (Foucault, 2002, p. 134-135). Neles, as pessoas anotavam citações, testemunhos, reflexões, lembranças; então, eles “constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas” (Foucault, 2002, p. 135). Os *hypomnemata*, não são diários pessoais, pois não têm o objetivo de revelar o que está oculto ou refletir sobre algo, mas o de captar o que já foi dito (Foucault, 2002, p. 137).

---

Enquanto isso, a correspondência, que seriam as missivas e as cartas (ou seja, textos com um destinatário), permite a reflexão perante terceiros. Escrever é “mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (Foucault, 2002, p. 150). Na epístola, o olhar do outro coincide com aquele que se volta para si mesmo. De maneira geral, escrever sobre si — seja para si mesmo ou para alguém — é uma prática antiga que toma diferentes formas, incluindo, mais recentemente, a autobiografia e a autoficção no campo da literatura.

Nos anos 1970, Philippe Lejeune vai na contramão das ideias de Barthes e Foucault e resgata a figura do Autor. Ele estabelece o “pacto autobiográfico”, um contrato de leitura entre o autor e o leitor, que consiste nos princípios de veracidade e identidade entre Autor, Narrador e Personagem-protagonista. O leitor admite o texto como a verdade do indivíduo (o Autor), o que demonstra a diferença entre o romance e a autobiografia. Segundo Faedrich (2016), no romance, o compromisso com a realidade é impreciso, ao contrário da autobiografia, onde o compromisso de veracidade acarreta consequências legais para o autor, uma vez que se pressupõe que as informações são verídicas. Ao definir a autobiografia como a verdade do indivíduo e, além disso, considerá-la uma forma de literatura e elevá-la ao status de arte, Lejeune causou polêmica no campo da Teoria da Literatura (Faedrich, 2016, p. 33).

Quando Doubrovsky utiliza o termo autoficção em 1977, tal ideia é resultado de seus estudos prévios sobre autobiografia e dos estudos realizados por seu conterrâneo Lejeune (Faedrich, 2016, p. 30). Doubrovsky, inicialmente, separa autobiografia e autoficção. A autoficção tem uma matéria autobiográfica, mas a forma de contá-la é ficcional. Um exemplo disso é a história em quadrinhos *Maus* (1986), de Art Spiegelman. O ilustrador conta a história do pai, um sobrevivente do Holocausto, a partir de um mundo onde os alemães são significados por gatos; os judeus, por ratos; os estadunidenses, por cachorros; entre outras nacionalidades e animais, assemelhando a vida de seu pai a uma fábula. Essa escolha narrativa gera confusão no momento de nomear a obra. Quando *Maus* foi classificado no *The New York Times* como um best-seller de “ficção”, Spiegelman escreveu uma carta ao editor argumentando que ficção implica que a obra não é factual, o que não se aplica ao seu trabalho (Seligmann-Silva, 2017, p. 381).

Posteriormente, contudo, Doubrovsky afirma que toda autobiografia comporta sua parte de ficção, pois nenhuma memória é completa ou fiável. Misturamos lembranças falsas no que acreditamos ser uma lembrança verdadeira; por isso, Doubrovsky passa a argumentar que não há oposição entre autobiografia e romance. A história narrada nunca aconteceu na realidade, e

o único lugar real é o discurso no qual ela se desenrola (Faedrich, 2016, p. 36-37). Em sua segunda fase, portanto, Doubrovsky acaba igualando autobiografia e autoficção. A isso, Paul de Man acrescenta, em 1979, que as chamadas autobiografias seriam indiferenciáveis da ficção em primeira pessoa, negando a ideia de que pudesse existir um gênero autobiográfico. Para ele, é impossível estabelecer um pacto autobiográfico que não seja ilusório (Sarlo, 2005, p. 31). Influenciado por Man, Jacques Derrida rejeita a possibilidade de construir um conhecimento sobre a experiência, material de qual é feita as autobiografias, porque não sabemos o que é a experiência. Não existe um relato capaz de atribuir valor de verdade ao empírico. Além disso, não sabemos onde está a linha tênue que separa o essencial dos fatos empíricos em si, e o que separa um fato empírico do que não é. O que aparece na autobiografia como verdade de um sujeito só encontra sustento na assinatura (Sarlo, 2005, p. 32).

Em 1989, o francês Vincent Colonna elabora uma nova concepção de autoficção, defendendo que ela é uma projeção do autor em situações imaginárias e irreais (Faedrich, 2016, p. 40). Colonna é orientado por Gérard Genette, cuja visão de autobiografias, história e memórias é de que elas possuem valor de contrato coercitivo, como se o autor se comprometesse a dizer a verdade, assim como Lejeune acreditava (Genette, 2009, p. 17). Como coloca Faedrich (2016), a autoficção se caracteriza justamente pela confusão que causa, pela sua ambiguidade, hibridez e indecibilidade. Dentro do gênero, os elementos factuais e ficcionais coexistem, e o leitor precisa aceitar que esse tipo de texto elimina as fronteiras entre fato/ficção, verdade/mentira, real/imaginário e vida/obra.

Em síntese, “autoficção” é um termo em disputa, assim como sua definição, pois ainda existem debates sobre qual seria o melhor neologismo para designar tal estilo literário. Annie Ernaux propõe autossociobiografia; Colonna, autofabulação; Derrida, otobiografia; e Arnaud Schmitt, autonarração (Faedrich, 2016, p. 34).

O trabalho de Annie Ernaux também causa confusão com seu projeto autobiográfico ao entrelaçar os eventos da sua vida pessoal com o que acontece no mundo, e por isso seu trabalho recebe denominações como “autobiografia impessoal” e “autossociobiografia”. Sua obra e seu percurso social serão explorados a seguir.

## **1. AS MEMÓRIAS DE ANNIE ERNAUX**

Nascida em 1940 em Lillebonne, Annie Ernaux vem de uma classe de operários de

fábrica e comerciantes, por isso considera uma conquista sua formação em Letras pela Universidade de Rouen-Normandie. *Les armoires vides* (sem tradução no Brasil) é seu primeiro livro publicado, em 1974, cujo foco na infância e na adolescência mostra suas origens e a relação com sua família, classe social e sexualidade.

Sobre seu primeiro livro, Ernaux afirma que, “sem que me desse conta no momento, aquele primeiro livro, publicado em 1974, traçou o domínio em que eu iria situar a minha escrita, um domínio simultaneamente social e feminista. Vingando meu povo e vingando meu sexo seria, a partir de então, a mesma coisa” (2022, p. 3, tradução nossa).<sup>2</sup> Em seu projeto literário de mais de vinte livros, Ernaux conta aspectos específicos da sua vida, como o relacionamento dos pais (*A vergonha*), a vida do pai (*O lugar*), a juventude (*Os anos*) e o relacionamento com amantes (*O jovem, Paixão simples*), para citar alguns exemplos. Em 2022, ganhou o Prêmio Nobel em Literatura pela “coragem e acuidade clínica com que desvenda as raízes, estranhamentos e restrições coletivas da memória pessoal” (Nobel Prize, 2022, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Ernaux provoca uma crise na categorização da sua escrita. Alguns denominam suas publicações como “autobiografia impessoal”, um novo termo para definir obras que misturam a vida pessoal do autor com a sociedade. A ideia dessa literatura é uma oscilação entre o que há de pessoal e o que há de coletivo, pois ao examinar nossos antepassados e acontecimentos sociais, não podemos confiar apenas em nossa própria perspectiva do mundo: é necessário apreender a visão coletiva, a perspectiva da sociedade sobre algo.

A recepção dos livros de Ernaux a coloca nesta posição de uma escritora que participa e observa o universo social e o traduz na escrita. Ao analisar a si mesma em contraste com o mundo, ela tenta perpassar sua ideologia pessoal e encontrar “a memória da memória coletiva a partir de uma memória individual”, como declara em *Os anos*, publicado originalmente em 2008. Neste mesmo livro, que tenta abarcar não somente uma existência individual, mas a de toda uma geração (Brito, 2023, p. 333), ela escreve que “é por meio das percepções e sensações vividas por esta adolescente morena [...] que a escrita aqui pode registrar parte dos acontecimentos que perpassavam os anos 1950 e *captar o reflexo da história coletiva projetado*

---

<sup>2</sup> Na tradução oficial em inglês de Alison L. Strayer: And so, without being aware of it at the time, that first book, published in 1974, mapped out the realm in which I would situate my writing, a realm both social and feminist. Avenging my people and avenging my sex would, from that time on, be one and the same thing.

<sup>3</sup> No original: “for the courage and clinical acuity with which she uncovers the roots, estrangements and collective restraints of personal memory”.

---

*na tela da memória individual*” (2021, grifo nosso). Como Brito (2023) argumenta, o “eu” e os sujeitos que ocupam a escrita de Ernaux são sempre descentrados deles mesmos, sendo suas trajetórias reveladas como a somatória de linguagens, determinações sociais, sexuais e históricas, que se entrecruzam incessantemente com as vivências e os acontecimentos histórico-políticos da sua época.

Escrever, para Ernaux, não é algo individual e apolítico, mas uma maneira de inserir suas observações e experiências em um documento, que será lido posteriormente por leitores. Ela usa sua obra como um arquivo, registrando também períodos na França. Sua autobiografia serve como prova e evidência da vida de mulheres e proletários que não teriam voz para contar suas próprias histórias por não terem perpassado as barreiras de classe social e saído do lugar de subalternidade, conquistando status de intelectual e participando de círculos burgueses.

Para Sartre, o intelectual seria justamente aquele que constata e contesta a alienação dos homens, se engaja politicamente e se põe ao lado dos oprimidos. Ele não possui apenas saber teórico, mas o coloca em prática por meio de ações que visam o coletivo, como assinar um manifesto para advertir a opinião pública contra o uso da bomba atômica. Em seu exemplo mais famoso, Sartre distingue o cientista e o intelectual: o físico que constrói uma bomba atômica é um cientista, enquanto o físico que protesta a construção dessa bomba é um intelectual. Ao fazer isso, esse físico transcende sua competência, pois “fabricar uma bomba é uma coisa, julgar o seu emprego, outra” (Sartre, 1994, p. 15). Portanto, o intelectual é aquele que participa da História por meio de atos concretos e se posiciona em relação a uma causa moral por meio da ação política (Lima, 2017, p. 43).

Sartre também argumenta que o escritor intelectual, mais especificamente, não pode ser neutro diante da realidade histórica e social e da condição humana (Silva, 2006, p. 193-194). “Um livro”, propõe Sartre, “é necessariamente uma parte do mundo através da qual a totalidade do mundo se manifesta sem, com isso, jamais se desvendar” (1994, p. 62). Por isso, é preciso usar a escrita para desvendar o mundo e mudá-lo; não é possível desvendar sem a intenção de mudar. A palavra é ação e, ao escrever um livro, é preciso interferir na sociedade, pois é através da linguagem que nos unimos com o outro. É a partir daí que o escritor faz com que o leitor não possa ignorar o mundo e se considerar inocente perante a realidade.

Além de usar as palavras para “desvendar o mundo”, Ernaux também atravessa mais uma camada do intelectual: ela é uma *mulher* intelectual, e, portanto, tem uma responsabilidade não apenas consigo mesma, mas também como representante de seu gênero. Isso está de acordo

com o que Gayatri C. Spivak escreve em *Pode o subalterno falar?*: “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. [...] A mulher intelectual como uma intelectual *tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio*” (2021, p. 165, grifo nosso). Spivak discorda de Sartre quando este argumenta que o intelectual precisa ter uma visão geral e universal para representar as classes exploradas e, para fazer isso, precisa se projetar para fora de si mesmo e se colocar no lugar do proletário operário e rural. Spivak, em contraste, acredita que falar pelo outro é reproduzir as estruturas de poder e opressão, assim mantendo o subalterno silenciado.

Ernaux não é duplamente subalterna, pois não nasceu em um país colonizado, mas vem de uma posição desfavorável por ser mulher. Apesar da recepção à decisão do comitê Nobel ter sido em sua maioria positiva,<sup>4</sup> sua vitória provoca desconforto em outros grupos. Um crítico conservador francês, por exemplo, chamou-a de “Madame Ovary” de maneira pejorativa, pois a exposição de certos aspectos “sem glamour” da realidade feminina (chamados de “as queixas da *bonne femme*”) é considerada deselegante, o que ilustra uma rejeição do sucesso de Ernaux por parte da velha guarda literária (Cusk, 2023). Sobre isso, Ernaux, que é a primeira autora francesa a receber o Nobel, declara em seu discurso de aceitação:

Escrevendo em um país democrático, continuo me perguntando sobre o lugar que as mulheres ocupam no campo literário. Elas ainda não ganharam legitimidade como produtoras de obras. Existem homens no mundo, incluindo as esferas intelectuais ocidentais, para quem simplesmente não existem livros escritos por mulheres; eles nunca os citam. O reconhecimento do meu trabalho pela Academia Sueca é um sinal de esperança para todas as escritoras. (Ernaux, 2022, p. 5, tradução nossa)<sup>5</sup>

Isso faz parte do que Seligmann-Silva (2022) chama de a “virada testemunhal da cultura” nos estudos sobre testemunho, em que se vê aumentar o papel de gêneros, sexualidades e raças minoritários dentro dessa literatura. Essas escritas de si dão àquele que foi silenciado um espaço para falar e ser ouvido sobre suas experiências. Além disso, em seu trabalho, Seligmann-Silva (2022) investiga o termo “testemunho” e como sua origem na palavra em latim

---

<sup>4</sup> Presidente Macron, por exemplo, publicou em seu perfil no Twitter: “Annie Ernaux écrit, depuis 50 ans, le roman de la mémoire collective et intime de notre pays. Sa voix est celle de la liberté des femmes et des oubliés du siècle. Elle rejoint par ce sacre le grand cercle de Nobel de notre littérature française”.

<sup>5</sup> Na tradução oficial em inglês: Writing in a democratic country, however, I continue to wonder about the place women occupy in the literary field. They have not yet gained legitimacy as producers of written works. There are men in the world, including the Western intellectual spheres, for whom books written by women simply do not exist; they never cite them. The recognition of my work by the Swedish Academy is a sign of hope for all female writers.

---

*testis* conecta o ato à fertilidade masculina. Isso ocorre porque *testis* denota tanto “testemunho” quanto “testículo”, revelando também como o testemunho masculino é visto como o único relato verdadeiro e o de maior importância.

Ernaux subverte isso principalmente em *O acontecimento*, publicado originalmente em 2000, ao dar seu testemunho sobre sua gravidez indesejada aos 23 anos e a interrupção desta. Não somente ela conta uma experiência particular do sexo feminino, como é também uma experiência que envolve fertilidade e gestação. Ela então expõe em *O acontecimento* o seu depoimento — “uma experiência vivida de um extremo ao outro pelo corpo”, como a própria autora descreve (2022, p. 71).

## 2. O ACONTECIMENTO

Chamo de acontecimento, aqui, um fato que carrega uma ideia, quer dizer, um universal singular, porque limita a ideia carregada, em sua universalidade, por sua singularidade de fato datada e localizada, que tem lugar a um certo momento de uma história nacional e que a resume e totaliza, na medida em que é seu produto totalizado. (Sartre, 1994, p. 37)

O atual trabalho enfoca *O acontecimento*, lançado no Brasil em 2022 pela Editora Fósforo. O livro é publicado na França 25 anos depois da legalização do aborto no país, em 1975. O procedimento fora criminalizado em 1923 e permaneceu assim até que o surgimento de anticoncepcionais na década de 1960 gerou um debate sobre o controle do corpo da mulher e sua capacidade de tomar decisões sobre sua própria fertilidade e reprodução.

Em 1971, Simone de Beauvoir encabeçou o *manifeste des 343*, publicado na revista *Le Nouvel Observateur* e assinado por 343 mulheres, muitas delas celebridades e figuras famosas na França, declarando que haviam feito um aborto clandestino. O objetivo desse manifesto era o de conscientizar o público sobre o fato de que um milhão de mulheres a cada ano na França são forçadas a abortar em condições precárias, mostrando que a lei era desatualizada e perigosa para as mulheres. Depois das 343 assinaturas, veio o apoio de 331 médicos. Eles assinaram a petição que foi publicada na mesma revista em fevereiro de 1973, admitindo que haviam realizado abortos mesmo que ilegalmente. Um ano depois, a Ministra da Saúde Simone Veil defendeu um projeto de lei que por fim resultou na despenalização da interrupção voluntária da gravidez no país.

Durante o relato, Ernaux se refere à sua agenda e ao diário da época, os quais usa como

apoio memorialístico. Ao mergulhar nesse período da sua vida, que ocorreu em 1963, ela também discute o ato de tentar lembrar-se dos acontecimentos de maneira mais precisa possível e colocar em palavras escritas seus sentimentos e suas decisões do momento:

Quero mergulhar mais uma vez nesse período da minha vida, saber o que se encontra ali. Essa exploração vai se inscrever na trama de um relato, o único capaz de recuperar um acontecimento que era apenas tempo dentro e fora de mim. Uma agenda e um diário íntimo mantidos durante esses meses vão me trazer as referências e as provas necessárias ao estabelecimento dos fatos. Vou me esforçar, acima de tudo, para me aprofundar em cada imagem, até que tenha a sensação física de “alcançá-la”, e que surjam algumas palavras sobre as quais eu possa dizer “é isso”. Ouvir de novo cada uma dessas frases, que não se apagaram em mim, cujo sentido na época deve ter sido tão insuportável, ou, inversamente, tão reconfortante, que afundo em desgosto ou doçura ao pensá-las hoje. (Ernaux, 2022, p. 16)

Para Pollack (1989), as recordações mais próximas e pessoais se manifestam na ordem sensorial, como sons, cheiros, cores. Vemos essa eclosão quando Ernaux escreve “Ouvir de novo cada uma dessas frases” e em outros momentos quando as recordações se revelam através dos sentidos, como “Revejo o Métropole [...] Ver pela imaginação ou rever pela memória é a parte que cabe à escrita” (Ernaux, 2022, p. 38). Essa mescla das fronteiras entre “ver pela imaginação” e “rever pela memória” remete à discussão sobre autoficção, um campo literário onde imaginação e memória se entrelaçam em vez de se delimitarem. O leitor aceita que a autoficção impõe limites sobre até que ponto ele deve “acreditar” na veracidade do relato, ao mesmo tempo em o componente da imaginação expande o alcance daquilo que está sendo narrado. Ao incluir ambas memória e imaginação na escrita, o autor permite que os leitores recriem eventos através de descrições vívidas do passado, estabelecendo uma conexão entre o autor, a obra e o leitor. Ernaux, contudo, assim como Spiegelman, rejeita a ideia de que sua escrita possa recorrer ao aporte ficcional, afirmando: “Marguerite Duras ficcionaliza sua vida, eu me dedico, ao contrário, à recusa de toda ficção” (2011, p. 85, apud Brito, 2023, p. 327). Porém, como Brito (2023) questiona, é possível que seu projeto se mantenha de pé sem qualquer traço de ficção? Ao que o pesquisador responde: “A literatura de Annie Ernaux, sua escrita do real, ganha corpo não a despeito da ficção, mas antes acolhendo-a — mesmo que a acolhida seja ainda perturbada por ressalvas e por uma certa dose de recusa e ironia” (Brito, 2023, p. 331).

Ernaux reluta em aceitar a presença do ficcional na sua escrita, rejeitando, assim, a categoria de autoficção, e por isso preferindo “autossociobiografia”. Em *O acontecimento*, ela observa que muito do que recorda e escreve, ao consultar seu diário posteriormente como

---

confirmação, sobrepõe-se com exatidão. O passado e o presente em que escreve o manuscrito se alinham. Ela utiliza os mesmos adjetivos e frases para descrever certas cenas, o que mostra a força com a qual a experiência se inscreveu na sua mente:

Acabo de achar entre meus papéis essa cena, escrita há vários meses. Percebo que eu tinha usado as mesmas palavras, “ele era capaz de me deixar morrer” etc. [...] Essa impossibilidade de dizer as coisas com palavras diferentes, essa união definitiva da realidade passada e de uma imagem que exclui qualquer outra me parecem a prova de que realmente vivi assim o acontecimento. (Ernaux, 2022, p. 60)

Para Ernaux, essa é uma evidência inegável de que ela viveu “assim o acontecimento”, como se houvesse apenas uma maneira de vivenciar uma experiência e ela tivesse que reproduzi-la exatamente como ocorreu no passado, e não da maneira como a percebe no presente. Mesmo em retrospectiva, suas emoções são iguais nos dois tempos. Segundo Willging, isso é um efeito do trauma, que para o relógio cronológico e fixa um momento permanentemente na memória e na imaginação: “Suas lembranças permanecem inalteradas e imperturbáveis pela passagem do tempo, como se não fossem lembranças, mas novas percepções de um evento continuamente atual e recorrente (Willging, 2001, p. 91, tradução nossa)<sup>6</sup>. Essa impressão é confirmada quando Ernaux escreve: “Há muitos anos estou às voltas com esse acontecimento da minha vida. Ler o relato de um aborto em um romance me arrebatava [...]. Da mesma forma, quando ouço por acaso ‘La javanaise’, [...] ou qualquer outra música que me acompanhou nesse período, fico perturbada” (Ernaux, 2022, p. 15). O “acontecimento” para ela não é apenas uma lembrança, mas algo que ainda ressoa no presente. Ao lembrar, ela tem a sensação de alcançar a vida passada e perdida, “sensação que a expressão ‘é como se eu ainda estivesse lá’ traduz espontaneamente de modo tão preciso” (Ernaux, 2022, p. 38).

A autora se mostra preocupada em recriar sua história com verossimilhança, em providenciar evidências de que aquilo aconteceu como ela relata. Segundo Brito (2023), ela forja uma postura literária objetivante, preocupada em explorar o real e recusando explicitamente o discurso ficcional. Ernaux reforça esse argumento no trecho:

Escrevendo, sempre surge a questão da evidência: além do diário e da agenda do período, acho que não disponho de nenhuma certeza a respeito dos sentimentos e pensamentos, devido à imaterialidade e à evanescência daquilo que atravessa a mente. Só a lembrança das sensações ligadas a seres e coisas fora de mim [...] me traz a prova

---

<sup>6</sup> No original: Her memories of it remain unchanged and undampened by the passage of time, as if they were not memories at all but fresh perceptions of a continually current and recurring event.

da realidade. A única memória verdadeira é a material. (Ernaux, 2022, p. 44)

Na narrativa de Ernaux, não apenas os objetos físicos que usa, como os cadernos, são evidências do ocorrido, mas as sensações que perpassam seu corpo e sua mente também possuem materialidade. A força dessas lembranças se manifesta de forma tão real quanto os escritos em seus cadernos. Ernaux não está interessada em separar recordações falsas das verdadeiras, ou fatos da ficção, mas a de relatar sua experiência, o que, apesar de todos os debates sobre definições e classificações, é o objetivo do autor que escolhe escrever sobre si. Trazer esse evento à público é, para a escritora, um dever de memória:

Eliminei a única culpa que senti a respeito desse acontecimento — que ele tenha acontecido comigo e que eu não tenha feito nada dele. Como um dom recebido e desperdiçado. Pois, para além de todas as razões sociais e psicológicas que pude encontrar naquilo que vivi, existe uma da qual estou mais certa do que tudo: as coisas aconteceram comigo para que eu as conte. E o verdadeiro objetivo da minha vida talvez seja apenas este: que meu corpo, minhas sensações e meus pensamentos se tornem escrita, isto é, algo inteligível e geral, minha existência completamente dissolvida na cabeça e na vida dos outros. (Ernaux, 2022, p. 71)

Não compartilhar esse acontecimento seria desperdiçá-lo. Ela dá um propósito a ele em sua escrita e, com isso, engaja no discurso político, inserindo-se na definição de intelectual de Sartre. Como mencionado anteriormente, Ernaux enfatiza seu passado pobre e a longa linhagem de trabalhadores a qual pertence, por isso ter conseguido se formar da faculdade e se tornar professora, em um primeiro momento, representa a quebra desse ciclo vicioso e uma ascensão social. Esse é um dos motivos pelos quais ela procura a interrupção da gravidez. Se ela tivesse mantido a gestação, teria que abandonar a faculdade e voltaria para sua posição inicial, a mesma de sua família:

Eu estabelecia confusamente uma ligação entre minha classe social de origem e o que estava acontecendo comigo. A primeira a fazer um curso superior numa família operária e de pequenos comerciantes, eu tinha escapado da fábrica e do balcão. Mas nem o vestibular nem a graduação em letras puderam alterar a fatalidade da transmissão de uma pobreza da qual a filha grávida era, da mesma forma que o alcoólatra, o emblema. Eu estava ferrada, e o que crescia em mim era, de certa maneira, o fracasso social. (Ernaux, 2022, p. 21)

Isso ocorre porque, como Sartre (1994) argumenta, as classes desfavorecidas raramente produzem intelectuais orgânicos, pois é justamente a acumulação do capital que permite às classes dominantes criar e fazer crescer um capital técnico. O “sistema” ocasionalmente recruta

alguns especialistas com conhecimento prático das classes exploradas; no entanto, mesmo que esses especialistas tenham origens populares, acabam sendo rapidamente incorporados às classes médias devido ao seu trabalho, salário e padrão de vida. Em outras palavras, as classes desfavorecidas não conseguem produzir representantes orgânicos da inteligência objetiva que realmente pertençam a elas (Sartre, 1994, p. 43).

Ernaux, então, encontra-se na posição de não conseguir conectar-se com sua família e suas origens, pois não pertence mais à classe baixa, ao mesmo tempo que não se encaixa totalmente na classe social dominante, pois não cresceu nela e apenas trabalha a serviço dela. O pertencimento à camada média, conseqüentemente, causa uma dupla desconfiança: dos de cima (pela crítica por parte dos intelectuais à sua classe) e dos de baixo (que não o veem como um dos seus, ou pior, como um traidor), tornando-se um “estranho no ninho” (Silva, 2006, p. 196). Como Coutinho (2022, p. 39) coloca:

o deslocamento de classe, que conduz o indivíduo ao pertencimento simultâneo a grupos sociais distintos, cujas relações são historicamente marcadas pela dominação de um sobre o outro, leva a conflitos psicológicos ligados ao embate entre a identidade herdada, originária, que lhe é conferida pelo meio familiar, e a identidade adquirida, ou seja, aquela construída ao longo da trajetória. (*apud* Brito, 2023, p. 339)

Ernaux enfrenta a violência médica dirigida às classes sociais mais baixas quando está no hospital, depois de se induzir ao aborto em seu dormitório e uma amiga encontrá-la perdendo sangue. No hospital, ela observa o tratamento dirigido a ela e a outras mulheres: “Entendi que era uma moça de vinte anos, sem marido. Ela havia mantido o bebê, mas não era mais bem tratada do que eu. A moça abortada e a mãe solteira dos bairros pobres de Rouen estavam no mesmo barco. Talvez tivessem mais desprezo por ela do que por mim” (Ernaux, 2022, p. 61).  
E:

Implorei ao jovem cirurgião para me dizer o que ele ia fazer. Ele se posicionou de frente para minhas coxas abertas, gritando: “Eu não sou o encanador!” [...] Essa frase, como todas as que marcam esse acontecimento, frases muito ordinárias, proferidas por pessoas que falavam sem refletir, ainda repercutiu em mim. (Ernaux, 2022, p. 61)

Neste primeiro momento, ela é destrutada pela equipe médica porque eles não sabem sua posição social e assumem que ela é uma moça pobre. No dia seguinte, quando acorda da anestesia depois de fazer a curetagem, ela observa que as enfermeiras e o médico, que antes a haviam tratado de maneira cruel, passam a ser mais educados e atenciosos com ela. Logo a

---

escritora descobre que essa mudança de comportamento aconteceu porque encontraram sua carteirinha de estudante entre seus pertences:

Ele estava envergonhado apenas porque — já que não sabia nada sobre mim — tinha tratado uma estudante da faculdade de letras como se fosse uma operária têxtil ou uma caixa de supermercado. [...] Ela [a enfermeira] cochichou, num tom de bronca: “Na noite passada, por que você não disse ao doutor que era como ele?”. Depois de alguns segundos de dúvida, eu compreendi o que ela queria dizer: do mundo dele. Ele só havia descoberto que eu era universitária depois da curetagem, certamente pela minha carteirinha do plano de saúde de estudantes da França. [...] Ao deixar meu quarto, aludindo a meu aborto, ela concluiu a única palavra de consolo que me ofereceram no Hôtel-Dieu e que eu atribuí não tanto a uma cumplicidade entre mulheres, mas a uma aceitação das “pessoas humildes” pelo direito dos “superiores” de se colocarem acima da lei. (Ernaux, 2022, p. 63-64)

Nesta passagem, Ernaux denuncia o desprezo pelas classes baixas interiorizado no sistema legal e médico francês. O debate tão controverso sobre aborto se revela não como uma questão de misoginia, mas de classe. O problema não é o ato de abortar, mas quem aborta. Ao descobrirem que ela é uma estudante, do “mesmo mundo” do médico e do mesmo nível de educação formal, seu procedimento ilegal é perdoado. Tal “benevolência” não se estende para a paciente pobre que decidiu manter o feto, como era o esperado, mas que é desprezada por ser mãe solteira. Isso demonstra como uma experiência pessoal pode representar a vivência de um grupo; neste caso em específico, o de mulheres francesas de classe baixa. Nestes momentos, Ernaux usa da escrita para traduzir os mecanismos, as interações e as nuances sociais no “espaço público de um livro” (Ernaux, 2022, p. 41) e assumir a posição de uma intelectual universal, aquele que representa outras camadas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Annie Ernaux, ao ganhar o Prêmio Nobel em 2022, atrai atenção para seu projeto de documentar partes da sua vida em livros. Ela descende de uma longa linhagem de autores franceses que debateram e tentaram definir as múltiplas maneiras em que as escritas de si se manifestam em gêneros literários como a autobiografia e a autoficção. Da morte do autor ao pacto autobiográfico, a questão que permanece é a de que, ao ler esse tipo de texto, o leitor admite o que está sendo narrado como a verdade daquele escritor, mesmo estando ciente de que nenhuma lembrança é completamente fiável e que todo relato comporta uma parte de ficção. Ao aceitar embarcar nessa experiência de leitura, o leitor sabe que encontrará indecisão,

confusão e ambiguidade, uma vez que na mesma obra coexistem oposições categoricamente distintas.

A escritora francesa Annie Ernaux, ao usar o termo “autossociobiografia” para descrever seu trabalho, deixa clara sua posição quanto à distinção entre indivíduo e sociedade — para ela, ambos são indissociáveis. Em seus livros, Ernaux aborda questões sociais que permeiam sua vida, como sua classe e seu gênero. Ela se coloca no papel de intelectual como definido por Sartre: alguém que se engaja na luta social e tenta representar um grupo para além de si mesmo, e em seguida se destacando e ascendendo à posição de representação, o intelectual universal. Em *O acontecimento*, em especial, ela conta sobre a interrupção de sua gravidez indesejada, uma história que poderia pertencer a outras mulheres silenciadas quando o ato era ilegal.

Ernaux se mostra ávida para recontar os fatos com a maior precisão possível, tal como ela os viveu na época, e registra por meio de intromissões entre parênteses momentos em que sua lembrança, no presente em que escreve o manuscrito, alinha-se com o que anotou em seu diário da época. Seu objetivo é o de registrar esse período na França; não escrever este relato seria para ela desperdiçar o que experienciou. Ela usa a escrita para produzir episteme e se introduzir no discurso autorizado, o lugar onde o livro, sendo usado como arquivo, torna-se um documento oficial. A obra não narra apenas sua história pessoal, mas denuncia também abusos médicos e preconceitos de classe que observou ao longo do seu acontecimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2004.

BRITO, Pedro Gomes Dias. Le mort hante le vif. A questão da ficção e o lugar do sujeito na literatura de Annie Ernaux. *ALEA*, Rio de Janeiro, vol. 5, no. 1, p. 326-342, 2023.

CUSK, Rachel. Annie Ernaux has broken every taboo of what women are allowed to write. *The New York Times*, Nova York, 02 maio 2023. Disponível em:  
<https://www.nytimes.com/2023/05/02/magazine/annie-ernaux-delphine-de-vigan.html>

ERNAUX, Annie. *O acontecimento*. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.

ERNAUX, Annie. Nobel Lecture by Annie Ernaux. Disponível em:  
<https://www.nobelprize.org/uploads/2022/12/ernaux-lecture-english.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

FAEDRICH, Anna. *Autoficção*: Um percurso teórico. *Revista Criação & Crítica*, São Paulo,

vol. 17, p. 30-46, 2016.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Portugal: Editora Passagens, 2002.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LIMA, Daniela. *Foucault contra Sartre: a visão do intelectual*. Primeiros Escritos, São Paulo, no. 8, p. 38-50, 2017.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 3, 1989, p. 3-15.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, memória, literatura: O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

SILVA, Antonio Ozaí da. Os intelectuais diante do mundo: engajamento e responsabilidade. *Revista da Faculdade de Educação*, Mato Grosso, no. 5/6, p. 191-205, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

WILLGING, Jennifer. Annie Ernaux's Shameful Narration. University of Nebraska Press, Nebraska, vol. 26, no. 1, 2001, p. 83-103.